

FERRETTI, Celso João. *Avaliação de um programa de informação escolar e profissional*. São Paulo, 1974. 2v. — Tese apresentada como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências à comissão julgadora da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

A avaliação de programas educacionais constitui uma área relativamente nova, onde os padrões de julgamento ainda não estão firmemente estabelecidos. Por este motivo, considero que o melhor critério para o julgamento de um estudo de avaliação é a comparação com a prática estabelecida e de uso comum, e não o confronto com este ou aquele modelo que possa ser considerado o melhor. Neste sentido, dentro dos parâmetros do paradigma escolhido pelo autor (análise dos "produtos" do programa, em termos de conhecimentos adquiridos e mudanças de atitudes, por parte dos alunos), e sem entrar na análise dos méritos desse paradigma, pode-se dizer que o tópico foi coberto de forma inteiramente adequada, constituindo, sem dúvida, um passo adiante em relação à avaliação informal e impressionista, predominante nos meios educacionais brasileiros.

A escolha de uma metodologia sempre constitui um compromisso entre a amplitude do problema que se pretende investigar, o nível de precisão almejado e a disponibilidade de recursos para obtenção da precisão desejada em relação aos problemas colocados. Dentro dessa perspectiva realista, parece-me que o modelo experimental adotado foi perfeitamente adequado. Poder-se-ia argumentar que o uso das modernas técnicas Bayesianas seria mais adequado a um estudo que utiliza a teoria da decisão. Poder-se-ia preferir uma análise do conteúdo do programa. Ou o estudo dos custos e benefícios, dentro de uma perspectiva econômica. Ou, ainda, a extensão do estudo para inclusão dos resultados a médio e longo prazos. Todas essas são opções que o autor não fez, o que se justifica plenamente em função de seus objetivos específicos.

Dentro da metodologia escolhida, seu procedimento foi cercado de todo rigor, tanto na fase de coleta de dados quanto no tratamento estatístico.

Seria possível salientar vários pontos positivos do trabalho, dentre os quais mencionarei dois.

Em primeiro lugar, a própria importância do tema. Com as transformações que se vêem processando ultimamente na estrutura ocupacional brasileira, o papel da orientação profissional torna-se sensivelmente mais complexo e passa a assumir grande importância. Uma vez que a clientela estudantil se expande enormemente e os recursos não são suficientes para orientação individualizada, a disseminação de informações ocupacionais passa a ter uma função central neste processo, fato que já vem ocorrendo, pelo menos no Estado de São Paulo. Ora, para maior eficiência na divulgação da informação profissional, estudos como este são de grande oportunidade.

Em segundo lugar, há a qualidade do programa avaliado. Por uma série de circunstâncias econômicas e legislativas — que não cabe aqui analisar — atualmente a avaliação está em grande "moda". Considerada panacéia que vai resolver os problemas educacionais de planejadores sem imaginação, a avaliação foi alçada a uma posição absolutamente insustentável: a de apontar, a partir do nada, quais são as instituições, os programas, os métodos, mais eficientes. Os critérios de eficiência não são examinados criticamente, e nem mesmo explicitados. E os próprios programas, objeto da avaliação, não costumam beneficiar-se de planejamento cuidadoso e execução rigorosa. Mas, da avaliação científica espera-se que, desta matéria-prima tão pobre, extraia a preciosa "verdade educacional". Tal não é o caso do presente estudo, onde o programa avaliado é, sem dúvida, dos melhores existentes no Brasil, já que seu autor tem ampla experiência nesta área, sendo, possivelmente um dos melhores técnicos em informação ocupacional atualmente em exercício. Assim, podemos estar assegurados que o programa avaliado não é um programa qualquer. Trata-se, provavelmente, do melhor programa que se poderia

desenvolver dentro das circunstâncias determinadas. Além disso, o programa foi descrito com suficiente detalhe, de forma a permitir generalizações dos resultados para programas semelhantes. O próprio autor aponta uma característica básica do programa que, de acordo com a teoria da decisão, seria a responsável pelo seu limitado sucesso: a restrição do conteúdo a informações sobre carreiras.

Três pontos fracos precisam ser mencionados.

Em primeiro lugar uma observação de pequena importância: na fundamentação teórica, a extensiva revisão bibliográfica, embora demonstre amplo conhecimento da literatura existente, dá a impressão de uma visão pouco seletiva ou integradora de pontos de vista complementares. A excessiva citação de autores, por vezes pouco pertinentes, constitui vício comum nas teses onde, além da contribuição original, o autor se sente na obrigação de elaborar um manual introdutório à área de estudo de sua tese. Neste sentido, o presente relatório não chega a ser dos mais exagerados.

Em segundo lugar, há uma certa desvinculação entre a pesquisa e a teoria que a fundamenta. Embora o autor afirmasse explicitamente que "a informação profissional é condição necessária mas não suficiente para a consecução de escolhas vocacionais adequadas", e embora seu modelo destacasse quatro fatores diferentes como determinantes imediatos das preferências e expectativas do indivíduo, apenas um desses fatores foi estudado: o da informação ocupacional. Com isto, pode-se concluir que o efeito desse fator é bastante limitado quando operando isoladamente. Nada sabemos sobre sua interação com os demais fatores, e a utilidade do modelo não pode ainda ser estabelecida.

Em terceiro lugar, o procedimento utilizado na pesquisa parecia visar a alterações radicais nas escolhas ocupacionais. O critério de escolha das profissões para inclusão no programa fazia com que elas fossem as mais divergentes possíveis (quanto à área e quanto à popularidade). Se a escolha profissional é um processo de aproximações sucessivas, a própria diversidade das profissões deveria reduzir drasticamente o interesse de informações sobre ocupações que nada tinham em comum com a profissão inicialmente visada pelo sujeito. É de se esperar que, num grupo mais homogêneo de alunos e de profissões, o número de mudanças tivesse sido bem maior.

As implicações desse estudo são bastante amplas. A participação no programa aumentou o conhecimento dos alunos a respeito das profissões, mas não lhes alterou a escolha profissional. Assim, se é válido supor que alunos de 8ª série ainda não atingiram a maturidade suficiente para fazer escolhas ocupacionais que sejam "substancialmente racionais" (na gíria Mannheiniana adotada pelo autor), e se se pretende que a escola contribua para a racionalização dessas escolhas, é necessário estabelecer programas que visem a objetivos mais amplos que a simples informação ocupacional. Em particular, parece necessário que esses programas não visem apenas o "homem econômico", não se limitem à sistematização das informações sobre o mercado de trabalho, e que dirijam especial atenção à análise crítica das atitudes e valores que fundamentam o processo de escolha.

*Carmen Lúcia de Melo Barroso*  
FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS